

Mulheres abraçam pauta de esquerda no Congresso

A NOVA BANCADA FEMININA

INCLINAÇÃO À ESQUERDA

Eleitas na Câmara e no Senado são contra armas e apoiam cotas raciais, mas divergem sobre aborto

BIANCA GOMES, ELISA MARTINS, LAURA MARIANO, MALU MÔES e VICTÓRIA CÔCOLO

RAIO-X DAS MULHERES NO CONGRESSO

O GLOBO enviou questionário para todas as deputadas e senadoras da próxima legislatura com perguntas sobre trajetória política e posicionamento em temas diversos



A bancada feminina que emerge destas eleições será maior do que a de quatro anos atrás e inclinada a pautas de centro-esquerda. Levantamento feito pelo GLOBO revela que, distante da polarização que marcou a disputa presidencial mais acirrada desde 1989, deputadas e senadoras da próxima legislatura são contrárias à flexibilização do porte e da posse de armas e apoiam as cotas raciais. A maioria também é a favor do ensino da educação sexual nas escolas. As divergências são mais acentuadas em temas sensíveis, como o aborto, no qual metade das eleitas defende manter a legislação atual, e as demais se dividem igualmente entre a favor ou contra a legislação da prática.

Nas últimas duas semanas, a fim de mapear o perfil da próxima bancada feminina no Congresso, O GLOBO enviou um formulário de 42 perguntas para todas as parlamentares. Das 102 deputadas federais e senadoras eleitas ou em meio de mandato, 77 responderam sob condição de anonimato (68 deputadas e nove senadoras). São mulheres de 19 partidos políticos diferentes e de todos os lados do espectro político nacional.

A radiografia da bancada feminina aponta que, entre elas, a direita será minoria no Congresso, apesar de expoentes que conseguem vocalizar para milhões a agenda conservadora, como a deputada federal Carla Zambelli (PL), a mulher mais votada do país. Segundo o levantamento, 17% das deputadas e senadoras se declaram de direita, enquanto 44% se dizem de esquerda e 21% de centro.

O foco na nova bancada feminina vem na esteira de uma eleição na qual as mulheres foram um dos grandes entraves da candidatura derrotada do presidente Jair Bolsonaro: na véspera do segundo turno, pesquisa do Datafolha mostrava que 52% do eleitorado feminino não votaria de jeito nenhum no atual presidente.

NOVOS RÓTULOS

São 64% as parlamentares eleitas que se classificam como "progressistas" enquanto 25% se autodenominam "conservadoras". Há, porém, quem prefira outras terminologias. "Sensata", "liberal", "sustentabilista" e "articuladora dos extremos" foram algumas das respostas espontâneas obtidas no questionário. A identificação com o centro-esquerda encontra respaldo na forma como essas deputadas e senadoras se comportam em relação às pautas sociais e de costumes. A ampla maioria se mostra avessa a

Como ficará a bancada a partir de 2023 91 DEPUTADAS FEDERAIS 11 SENADORAS

Das 102 parlamentares, responderam ao questionário 77, sendo 68 deputadas e 9 senadoras, de 19 partidos

POSICIONAMENTOS

49% das parlamentares citam pautas que beneficiam as mulheres como prioridades de seus mandatos

Já exerceu algum outro mandato?



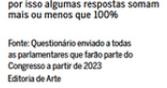
É a favor da flexibilização da posse e do porte de armas?



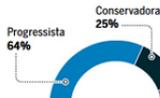
É a favor da liberalização da maconha?



É favorável a uma lei que equipare os salários entre homens e mulheres?



A sra. se considera



Qual mandato exerceu? (múltiplas respostas)



É a favor de cotas raciais?



Um casal homoafetivo constitui uma família?



É favorável a uma lei que equipare os salários entre homens e mulheres?



A sra. se considera politicamente de



É favorável à reserva de cadeiras para mulheres no Legislativo?



É a favor da descriminalização do aborto?



É a favor da educação sexual nas escolas?



A intervenção do Estado na economia deve ser mínima?



ção do aborto: 48% defendem a manutenção dos casos já previstos em lei.

Um quinto das parlamentares entrevistadas defende liberar a interrupção da gravidez sob qualquer circunstância. E outro grupo do mesmo tamanho, 21%, acredita que a prática deveria ser totalmente proibida. Algumas congressistas da nova legislatura afirmaram que é preciso discutir uma política para evitar a morte de mulheres em clínicas clandestinas. Outras disseram que o tema precisa ainda de mais debate.

É natural que haja algum embate (na bancada feminina), principalmente em matérias mais ideológicas. Isso faz parte da democracia — diz a deputada federal Bia Kicis (PL-DF). — Não temos que buscar acordos onde as visões são diametralmente opostas. Ai, o pau tem que cantar, vamos para os votos. Isso é saudável.

DIVERSIDADE DE AGENDAS

A deputada, primeira mulher a presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), defende ainda que as congressistas não se restrinjam apenas a pautas do universo feminino. A busca por ocupar outros espaços é uma certeza entre direita, centro e esquerda.

Se é possível fazer um exercício de futurologia, as mulheres vão lutar pelo aumento de participação e por ampliar seu poder no Congresso, entrando cada vez mais em outras agendas — analisa a cientista política Débora Thomé, que é pesquisadora do Centro de Estudos de Política e Economia do Setor Público (Cepes/FGV).

As respostas obtidas pelo questionário do GLOBO mostram que as mulheres do novo Congresso não são novas na política: 79% delas já exerceram algum mandato. Destas, 40% foram deputadas, 38% vereadoras e 29% deputadas estaduais.

Historicamente a bancada feminina tinha pontos de acordo nos quais conseguia agir conjuntamente. Quando veio a eleição de 2018, isso mudou por causa das bolsonaristas. O Congresso "endiado", e isso se refletiu na dificuldade de deputadas e senadoras terem agendas convergentes — acrescenta Débora Thomé.

Segundo ela, o terceiro governo Lula também terá influência sobre como os debates vão aparecer daqui em diante na bancada feminina: — Agora vai depender de como começar o novo governo para entender como as pautas das mulheres vão caminhar. Mas não serão 90 (deputadas) agindo em bloco, não ser em temas tradicionalmente comuns, como maternidade, equiparação de salários, violência contra a mulher e participação política.

bandeiras atreladas ao bolsonarismo, a exemplo da flexibilização da posse e porte de armas, rechaçada por 73% delas e apoiada por apenas 17%. As parlamentares argumentam que as mulheres são as principais vítimas dessa política. — Conseguimos, ao longo de todo o ano, emplantar projetos da bancada feminina. Votamos muitas mudanças na Lei Maria da Penha, votamos a igualdade salarial entre homens e mulheres e fizemos a diferença na CPI da Covid. Sem a bancada feminina, não

teríamos descoberto esquemas de corrupção — diz a senadora Simone Tebet (MDB-MS), que liderou a bancada feminina no Senado, terminou a corrida à Presidência em terceiro lugar e hoje é cotada para assumir uma cadeira na Esplanada dos Ministérios do terceiro governo Lula. Maior rigor no combate à violência contra a mulher, um congressistas de diferentes campos: 58% defendem punições mais rígidas a agressores. E a maioria concorda que é preciso ampliar o acesso aos

serviços de denúncia, para que a lei seja cumprida, e levar a discussão do tema às escolas. Outros tópicos de amplo consenso são os que dizem respeito à reserva de cadeiras para mulheres no Legislativo e à lei que equipara os salários entre gêneros: quase nove em cada dez concordam com as duas propostas. As cotas raciais também têm apoio da maioria esmagadora: 84%, enquanto somente 8% são contrárias. A maioria parte da bancada apoia ainda a educação sexu-

al nas escolas: 56% defendem que os alunos aprendam sobre o tema em sala de aula. As contrárias somam 29% da bancada feminina. Apesar do respaldo a pautas mais ligadas ao campo da esquerda, outros temas sofrem resistência. A liberação de derivados da maconha como o canabidiol tem uma aceitação maior quando se restringe a fins medicinais (42%). O uso recreativo tem o aval de um quinto da bancada, 21%. O mesmo vale para a descriminaliza-

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

**Seção:** Política **Página:** 4